



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Duas Barras
Gabinete do Vereador

REQUERIMENTO N.º 13/2026.

Requer cópias das gravações e filmagens da Sessão de Julgamento do Processo Licitatório Pregão n.º 013/2026 – Registro de Preços – referente a aquisição de materiais de expediente, conforme disposto no art. 17 da Lei 14.133/2021.

Exmo. Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

O Vereador **JANDER RAPOSO DA SILVEIRA**, no exercício de suas atribuições legais, constitucionais e regimentais, com fundamento no dever de fiscalização dos atos do Poder Executivo pelo Poder Legislativo Municipal, bem como nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência administrativa, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer, após apreciação e aprovação pelo Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Duas Barras, Exmo Senhor Armando Rosemberito Mattos Teixeira, para que, no prazo legal, encaminhe cópia integral das gravações e filmagens da Sessão de Julgamento do Processo Licitatório Pregão n.º 013/2026 – referente a aquisição de materiais de expedientes para atender as demandas das secretarias municipais, conforme disposto nos §§ 2º e 5º do artigo 17 da Lei 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações.

Justificativa:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar o acesso as gravações e filmagens referentes ao **Processo Licitatório – Pregão nº 013/2026** – Registro de Preço - que trata da aquisição de materiais de expediente para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Duas Barras.

A solicitação fundamenta-se nos princípios da transparência, publicidade e controle social que regem a Administração Pública, bem como nas



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Duas Barras
Gabinete do Vereador

disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a qual assegura a ampla publicidade dos atos praticados nos procedimentos licitatórios, especialmente aqueles realizados em sessão pública presencialmente.

Ressalta-se, ainda, que o acesso a tais mídias encontra amparo na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que assegura a qualquer interessado o direito de obter informações dos órgãos públicos, salvo hipóteses legais de sigilo, não aplicáveis ao caso em questão.

Dessa forma, o presente requerimento busca assegurar o pleno exercício do direito à informação, fortalecer a transparência administrativa e resguardar a legalidade dos atos praticados no âmbito do Processo Licitatório – Pregão nº 013/2026.

Sala das Sessões **“Prefeito Luiz Carlos Botelho Lutterbach”**

Duas Barras, 16 de abril de 2026.

Jander Raposo da Silveira
- Vereador -

(doc. assinado digitalmente)